



SEÇÃO: ARTIGOS

Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910*Traitors, sycophants and mushrooms: Bento Aranha and radical republicanism in the extrem North of Brazil, 1870-1910***Luis Balkar Sá Peixoto****Pinheiro¹**orcid.org/0000-0002-4192-8011balkar.ufam@gmail.com**Recebido em:** 15 abr. 2021.**Aprovado em:** 20 abr. 2021.**Publicado em:** 12 agos, 2021.

Resumo: O artigo aborda a trajetória política de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, importante intelectual e jornalista do extremo Norte do país, onde se destacou como o maior propagandista da causa republicana. Dividindo sua longa vida pública de mais de 50 anos entre as cidades de Belém e Manaus, tornou-se, por volta de 1870, pioneiro na defesa do regime republicano no Amazonas e no Pará, reverberando suas ideias de uma República popular e revolucionária por meio de uma crônica jornalista intensa e incisiva. Desgostoso com a República, passou a ser associado ao jacobinismo político por voltar sua crítica radical contra os primeiros governos republicanos e o modelo de República vencedor no 15 de Novembro. Bento Aranha, que assumiu vários mandatos parlamentares na Província do Amazonas, chegou ao fim de sua vida considerando-se excluído e no ostracismo. Sua voz incômoda contribuiu para que se tornasse um esquecido não apenas pela sociedade em que (e pela qual) atuou, como também pela historiografia. Acompanhá-lo por intermédio de suas crônicas na imprensa, é abrir a possibilidade para a compreensão de como a República foi pensada, recebida e, também, combatida fora dos espaços tradicionais do poder no Brasil.

Palavras-chave: Republicanismo. Jacobinismo. Radicalismo Político.

Abstract: The article discusses the political trajectory of Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, an important intellectual and journalist from the Far North of the country, where he stood out as the greatest propagandist of the republican cause. Dividing his long public life of more than 50 years between the cities of Belém and Manaus, he became, around 1870, a pioneer in the defense of the republican regime in Amazonas and Pará, reverberating his ideas of a popular and revolutionary Republic through a journalistic chronicle most intense and incisive. Discontented with the Republic, he became associated with political Jacobinism for turning his radical criticism against the first republican governments and the winning model of Republic of the 15th of November. Bento Aranha, who came to assume several parliamentary terms in the Province of Amazonas, came to the end of his life considering himself excluded and ostracized. His uncomfortable voice contributed to also make him forgotten, not only by the society in which he worked (and fought for), but also by historiography. To accompany him through his chronicles in the press, is to open the possibility for the understanding of how the Republic was thought, received and also fought outside the traditional spaces of power in Brazil.

Keywords: Republicanism. Jacobinism. Political Radicalism.



¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

A historiografia brasileira vem registrado, ao longo dos últimos cento e trinta anos, a importância do debate havido no final do século XIX em torno do modelo de República a ser adotado no Brasil, salientando o papel de teóricos e propagandistas republicanos como Silva Jardim, Benjamin Constant, Saldanha Marinho e Francisco Glicério, dentre outros.² Vencida a monarquia, ganhou corpo o desafio de transformar um discurso republicano, ainda difuso e fragmentário, em um governo que fosse capaz de implantar o novo regime político sem descuidar da unidade nacional e do desenvolvimento econômico e social do país.

Os anos iniciais da República foram de profunda instabilidade política, com golpes de Estado, quarteladas e crises que se sucediam ano a ano, ganhando repercussão instantânea na imprensa e na opinião pública que esta desejava representar e dirigir (LUCA, 2008, p. 150). A política transcendia o parlamento e o ambiente palaciano para alcançar as ruas, o que significa que o espaço do político era bem mais amplo que o da política, conforme salientado Pierre Rosanvallon (2010). Significa também que a gestão do Estado, embora sensível ao papel singular de seus administradores, foi antes fruto da ação de um conjunto de atores diferenciados e da correlação de forças que eles estabelecem a partir dos interesses e dos projetos que sustentam.

Partindo de tal pressuposto, a preocupação deste artigo se volta para a imprensa, vendo-a como força social ativa (CRUZ; PEIXOTO, 2007) no período da transição do Império para a República e como espaço prioritário por onde o debate político se estruturava, animando não apenas jornalistas, mas também intelectuais e representantes da política partidária. Como mediadora cultural relevante, mostrava-se também como a instituição com maior capacidade para fazer ecoar para um público mais amplo as ideias

que debatia, assim como as representações que produzia. Em paralelo, o artigo desloca o olhar para o extremo Norte do país, alcançando os atuais estados do Amazonas e Pará, espaços tradicionalmente identificados como marginais e periféricos e, no extremo, ausentes de qualquer protagonismo nos rumos da história brasileira.

Pouca atenção foi dada ao movimento republicano nos contextos *regionais*, como se tais espaços fossem desconectados dos centros decisórios e que não exercessem qualquer influência sobre eles, embora o intenso debate havido sobre o federalismo demonstrasse o contrário. O debate historiográfico nem sempre se pautou por uma perspectiva de conjunto da realidade brasileira, jogando zonas de sombra sobre processos e próceres do republicanismo de outras regiões do país, embora haja exceções, bastando lembrar os estudos de Edgard Carone (1970, 1983) ou, mais recentemente Angela Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti (2002).

O avanço da pesquisa histórica no país tem reduzido o silêncio que ainda recai sobre atores políticos cujas ações e posições mostraram-se relevantes na discussão do projeto republicano no Norte do Brasil, tanto antes como depois do 15 de Novembro de 1889. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha foi um desses atores políticos de relevo, embora seja personalidade de todo desconhecida da historiografia brasileira. Pioneiro na propaganda republicana no Amazonas, como gostava de lembrar da tribuna da assembleia provincial: "Há por acaso nesta Assembleia, nesta capital, em toda a província vizinha quem duvide que eu desde 1860 sempre fui, sou e serei republicano? Em 1870, eu... em plena praça pública, já defendia no Amazonas a causa republicana" (ARANHA, 1904, p. 1).³

Foi também um dos mais importantes republicanos a atuar no extremo Norte do país, assim

² A lista de estudos sobre a história da República no Brasil é longa e rica em interpretações, conforme se pode perceber em Ângela de Castro Gomes (2014) e na recente contribuição trazida por Fernanda Haag e Natalia Guerellos (2019). Muitos dos trabalhos que poderíamos considerar clássicos, no entanto, como o alentado *Do Império à República* (1972), de Sérgio Buarque de Holanda, tocaram apenas tangencialmente na questão das influências teóricas do republicanismo, tema que nos é mais oportuno, muito embora o próprio Holanda não tenha descurado de refletir sobre a influência do positivismo no Exército ou sobre o debate relativo ao caráter parlamentarista ou presidencialista do modelo do regime a ser adotado. Para a temática que neste artigo mais interessa, autores como Benício Buarque (1894), Edgard Carone (1970), Emilia Viotti (1977), Maria de Lourdes Monaco Janotti (1986), Sueli Robles Reis de Queirós (1986), José Murilo de Carvalho (1990), Celso Castro (2000), Angela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti (2002), Cláudia Viscardi e José Almino Alencar (2016), dentre outros, mostram-se mais representativos e serão, adiante, incorporados ao debate.

³ No artigo o autor recupera discurso proferido em meados de 1899, na Assembleia Provincial do Amazonas.

como um dos mais ácidos críticos do regime após a Proclamação. Acompanhá-lo através de sua volumosa produção jornalística é abrir a possibilidade para a compreensão da chegada e da implantação da República fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Em paralelo, permite dar a ver um conjunto sistemático de sofisticadas análises em que o modelo federalista adotado passou a atuar como o promotor de ressentimentos, demarcando relações assimétricas frente aos estados da Região Norte do país.

Um cronista singular

No extremo Norte do país, poucos intelectuais atuaram na imprensa de forma tão intensa e duradoura quanto Bento Aranha, que dedicou 60 anos de sua vida à atuação nos periódicos do Amazonas e do Pará.⁴ Ao longo de uma vida excêntrica e atribulada assumiu diversos cargos públicos e mandatos políticos, mas sua verdadeira paixão foi a imprensa, começando a atuar nela em 1857. Por essa época, fez rápida trajetória pela Corte do Rio de Janeiro, fazendo cursos e participando de sociedades literárias, como a *Arcádia Brasileira*, na qual também atuou Machado de Assis (NOTÍCIAS..., 1861, p. 1).

Aranha estabeleceu um trânsito constante entre Belém e Manaus, quase sempre forçado por expurgos e exílios por sua atuação política intransigente e incômoda adotada em suas crônicas na Imprensa. O primeiro desses expurgos, ocorrido em meados da década de 1860, o levou para o Amazonas, onde o pai, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, havia adquirido notabilidade, primeiro por bater-se no parlamento paraense pela autonomia do Amazonas, então subordinado ao Grão-Pará, e depois por ter sido o primeiro Presidente da Província do Amazonas, quando de sua criação em 1850 e sua implantação dois anos depois.

A chegada de Bento Aranha à capital amazonense foi festejada e o culto à figura de seu pai que ali se estabelecera abriu-lhe portas importantes entre a pequena elite local e a burocracia de uma cidade que ainda montava o aparato

provincial, em meio a um rosário de carências e uma vida urbana bastante acanhada. Aranha levou para Manaus boa formação cultural, fruto de um autodidatismo que o dotara de reconhecida erudição, despontando o domínio da língua e da literatura francesa. Vinculando-se ao funcionalismo como professor primário, passou também a desempenhar atividades culturais diversas, traduzindo e adaptando peças do teatro francês e criando associações e trupes teatrais que as encenavam. Encontrou na imprensa um porto seguro, embora ela ainda estivesse em implantação na capital amazonense, contando com poucos títulos e dependência financeira ao governo provincial, a quem buscava agradar como forma de sobrevivência. O Amazonas foi para ele um local de oportunidades, já que buscava quadros técnicos para dinamizar as ações administrativas em suas diversas secretarias e repartições. O próprio campo político da nova província estava sendo constituído com a agregação de experiências trazidas de outras províncias por um grupo bastante restrito de pessoas. O contexto acanhado ajudou Aranha em seu deslocamento para a política partidária e lhe rendeu mandatos de deputado provincial em diversas legislaturas (1870-1871, 1878, 1880, 1882-1886 e 1888-1899).

Como muitos intelectuais de sua época, Bento Aranha via imprensa e política como atividades integradas e complementares. Escrevia compulsivamente, fazendo publicar matérias em diversas folhas do Amazonas e do Pará, independentemente de onde estivesse. Com efeito, não havia, à época, qualquer contradição entre imprensa e política. Maurice Agulhon (1991, p. 26), destacado estudioso do republicanismo na França anotou que "no século XIX, o que havia de mais parecido com os escritórios, comitês e estados-maiores de 'partidos' do século XX eram as redações dos jornais, lugar de permanentes debates...". No Norte do Brasil, Bento Aranha não apenas assumiu a redação de jornais importantes como também se tornou proprietário de outros, onde, muitas vezes, assumiu sozinho a redação editorial. Em 1896, no momento

⁴ Natural de Belém, nasceu em 18 de julho de 1841, falecendo ali aos 79 anos, em 15 de janeiro de 1919.

em que completava 55 anos, um jornal de Belém o homenageou com extensa nota biográfica por meio da qual é possível perceber a longa lista de periódicos aos quais havia se vinculado:

Foi o proprietário e redator no Amazonas em 1878 a 1880 e 1885 da *Provincia*, em 1882-1883 da *Voz do Povo*, em 1884 e 1885, da *Amazônia e Correio da Manhã*, e redator da *Éphoca*, em 1888 e 1889, órgãos francamente republicanos; também foram de sua propriedade e redação a *Revista do Amazonas*, em 1876 e o *Mercantil*, em 1869.

Ali também escreveu em 1866 a 1867 e em fins de 1877-1878 o *Amazonas*, em 1869 a 1871 e 1874 a 1877 o *Comercio do Amazonas*, em 1869 o *Catechista*, em 1872 o *Argus*, em 1880 a 1882 a *Reforma Liberal* e em 1888 *A Cidade de Manaus*.

Nesta capital foi proprietário e redator do *Diário Popular*, em 1891 e do *Correio Paraense*, em 1892 e 1894, tornou a si e redigiu em 1890 e 1891 até a sua venda, menos a redação, o *Diário de Notícias*, e até quando o governador Huet Bacellar mandou destruir, ao meio-dia, a sua tipografia, o *Diário do Gram-Pará*.

Em 1867 a 1869, 1874 a 1876 e a convite de Emilio Achê, em 1880, foi correspondente do *Jornal do Comércio* do Rio, em 1868 a 1869, à instância de José de Alencar escreveu do Amazonas para o *Correio Mercantil e Nação*, e em 1875 a 1878, a pedido de Antônio José Moreira e do Almirante Costa Azevedo par a *Reforma*, e também escreveu para *O Globo* e *Cruzeiro* algumas correspondências (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1896, p. 1).

Bento Aranha manteve-se ativo na lide jornalística até, praticamente, sua morte, em 1919, atuando alternadamente entre Belém e Manaus.⁵ Em ambas as cidades atuou como um incansável polinizador de ideias, espalhando centenas de artigos em colaboração por diversos periódicos do Norte do país, para não falar das muitas matérias que diariamente fazia publicar a partir de sua condição de redator em diversos jornais. Em sua ampla maioria, essa produção era apócrifa, não sentindo o autor a necessidade de registrá-la com sua assinatura,⁶ como fora praxe no jornalismo brasileiro de sua época. Não assinar textos jorna-

lísticos ou usar pseudônimos eram expedientes não apenas úteis, como necessários, em função dos riscos elevados de retaliação, que podiam incluir, até mesmo, assassinatos. Em que pese a existência de leis contra o anonimato e o uso de pseudônimos, conforme anotou Marta Scherer (2012), na prática, tornaram-se letra morta, embora não sem frequentes contestações.⁷ Desta forma, Aranha seguia tradição consagrada, embora não demonstrasse interesse em esconder-se atrás de seus textos não assinados, revelando frequentemente os pseudônimos que utilizou ao longo de sua vida jornalística. Além do mais, sua condição de proprietário e redator era sempre explicitada nas folhas em que atuou, o que permitia ao público estabelecer alguma relação com as crônicas nelas veiculadas. Quando dúvidas de autoria se colocavam, não se recusou a esclarecer sua atuação, como fez quando esteve à frente do *Correio Paraense*: "Sou o único que escrevo os editoriais deste jornal de minha propriedade. Bem ou mal escritos, são meus!" (ARANHA, 1893d).

Aranha cultivou o ato de escrever diariamente, tendo sempre à mão um punhado de escritos, finalizados ou em elaboração, sobre os mais diversos temas e assuntos, soltando-os pelos jornais da cidade nos momentos em que lhe parecia oportuno. Em 1905, em uma de suas muitas transferências para Belém, deixou com Alcides Bahia, seu amigo pessoal e redator chefe do *Jornal do Comercio*, nada menos que dez crônicas, pedindo-lhe que as entregasse para o Joaquim Rocha dos Santos, amigo, proprietário e diretor daquele periódico. Escrevendo como Luiz do Prado, Bahia registrou a lista desses escritos: "Ajuricaba em retirada", "A força é a salvação nacional", "Revolução e mais revolução", "Está tudo perdido", "Fogo e pólvora", "Delenda República falsificada", "Haja sangue", "Desfalque de consciências", "A morte ou nada", "Rebaixamento de caráter" (PRADO, 1905).

⁵ Os últimos artigos assinados datam de 1910, momento em que o cronista contava com 70 anos de idade e já se mostrava abatido pela doença que o debilitara.

⁶ Exatamente por isso, nos parece praticamente impossível proceder uma quantificação de sua produção jornalística, mesmo que de forma aproximada. Em pesquisa recente, inventariamos nada menos que 312 matérias assinadas por Bento Aranha – algumas delas por meio de pseudônimos –, sendo quase todas posteriores à década de 1890. O fato coincide com o fechamento de sua carreira política e nos faz imaginar que o autor tenha sentido a necessidade de, longe do cenário político que lhe dera notoriedade, fortalecer em sua atividade jornalística critérios de distinção e de projeção social, assinando as matérias que entendia serem mais relevantes.

⁷ Scherer (2012, p. 8) lembra que essa "questão foi crucial durante todo período da República Velha, sobretudo nos primeiros anos do novo regime. Em 1897, novamente o anonimato e o pseudônimo na imprensa foram alvo de projeto de lei, desta vez do Governo Federal, que enviou ao Congresso texto proibindo tais práticas".

Seja como for, em meados da década de 1990, Aranha sofreu um novo expurgo⁸ que o obrigou a retornar ao Amazonas, fazendo com que ele se fixasse até o início de 1912, momento em que se retirou em definitivo para sua terra natal. Em sua última década na capital amazonense agregou à sua experiência jornalística uma atuação de destaque como um dos redatores principais do *Jornal do Comércio*, escrevendo quase que diariamente. No entanto, mais que a longa lista de jornais em que escreveu, idealizou ou dirigiu, o que o notabilizou foi sua verve radical e a crítica mordaz que empregava na defesa das ideias e no enfrentamento dos adversários. No necrológico que escreveu em Manaus, no dia seguinte à morte de Bento Aranha, o historiador e biógrafo amazonense João Batista de Faria e Souza destacou essa sua característica, chamando-o de "polemista terrível" e "jornalista vigoroso, sempre na brecha, lutando ininterruptamente por uma ideia, até ver o adversário rendido e ela vencedora" (BITTENCOURT, 1973, p. 135).

Em paralelo à escrita radical e combatente, comum em seu tempo (MOLLIER, 2006), colocou-se na cena pública como defensor de grandes causas sociais, assumindo posições dissidentes e incômodas. Cedo, se tornou abolicionista, batendo-se pela liberdade dos escravos negros e dos indígenas, cujo estatuto jurídico de livres, denunciou como puramente retórico, escamoteando práticas tão violentas como as que subjugavam as populações negras. Inconformista e inspirado no iluminismo, via na monarquia a razão dos males que afligiam o Brasil, razão pela qual cedo passou a se identificar com a causa republicana.

Aliando capacidade de análise da vida política nacional com intransigente defesa da soberania popular, Bento Aranha inseriu-se no campo político do Norte do país como um personagem impossível de ser ignorado, e o fazia prioritariamente por intermédio de crônicas jornalísticas bem fundamentadas e avassaladoras. Um bom exemplo de sua proeminência nesse campo foi apresentado por Juarez Bahia, seu companheiro

de redação no *Jornal do Comércio*. Assinando como Luiz do Prado, Bahia anotou:

Íamos muito bem por aqui, tudo era calma e paz, sossego e tranquilidade. Nem a mais leve viração de pronunciamentos bélicos a gente via; ninguém falava em Revolução, em República nefasta, em Monarquia perniciosa, em nada dessas coisas pavorosas (com licença do inconvenível desancador Sr. Major Bento Aranha, bem criado [sic] confrade de todos nós). Pois assim é que era; íamos vivendo suave, gratamente; a vida até parecia um batelão sem cargas à mercê da corrente do Amazonas. Mas, eis que do Pará vem o *Guahyba*, um pequeno badejo da *Sudamerikanische* e nele aqui chega o primeiro revolucionário destes atuais tempos calamitosos e dos passados períodos de agitação. Ei-lo: o Major Bento, sem tirar nem pôr, sem mexer nem acrescentar. Chegou, escreveu, revolucionou (PRADO, 1904, p. 1).

Assim era Bento Aranha! Embora seu campo de interesse fosse bastante amplo, indo da cena teatral ao histórico da navegação no Amazonas; da catequese dos índios à derrubada vandálica de árvores na cidade, foi a crônica política, no entanto, que lhe deu maior destaque e projeção no cenário das duas capitais do Norte do país. Acompanhando de perto o debate político que se desenrolava no Sul e Sudeste do país, produziu um conjunto de crônicas políticas que, retratando com densidade e precisão o ambiente político da época, chegam à atualidade como um importante repositório de informações de interesse para a história republicana brasileira.

A monarquia maléfica

É difícil estabelecer com precisão o momento de conversão de Bento Aranha ao republicanismo, muito embora ele tenha estabelecido em suas memórias o ano de 1860 como marco dessa mudança, momento em que, com 19 anos, ainda transitava pela capital do Império. O mais provável, no entanto, é que sua conversão ao republicanismo tenha se processado como a de muitos intelectuais brasileiros, que convergiram de forma gradual a partir dos sucessivos desgastes enfrentados pela Monarquia, em especial, após a campanha militar

⁸ Com a Proclamação da República e a destituição do parlamento provincial amazonense, onde atuava como deputado, deslocou-se para Belém, mantendo ali forte atuação periodista até 1896.

com o Paraguai.⁹ Em 1870, Bento Aranha sofreu, inclusive, prisão política em função do discurso que proferiu em Manaus quando da chegada dos voluntários que haviam se deslocado para os campos de batalha no Paraguai. O teor dessa fala deixa claro o motivo do incômodo causado às elites e autoridades públicas da província do Amazonas. Ao elogiar o patriotismo e a abnegação dos que foram ao Paraguai combater um ditador que escravizava seu povo, para então libertá-lo, o jornalista os exorta a continuar a luta, desta vez para libertar os escravizados em solo brasileiro:

Assim como, de vós exigiu ela la pátria que levásseis a liberdade a um povo escravizado e fanático pelo despotismo, e fostes prontos a aceitardes o honroso mandato, com mais razão hoje suplica-vos alcanceis a de filhos seus, vossos irmãos, que gemem sob o jugo da mais negra e mais aviltante escravidão!

Escravidão! Triste condição a que chega o homem: o escravo não tem direito a alegar, desde que não é mais senhor de si, não tem vontades, e é obrigado a sempre obedecer, sofrer calado, trabalhar e viver sem honra! E quantos brasileiros não vivem reduzidos a semelhante estado de degradação e envergonhados ocultam o nome de sua nacionalidade!?

Cidadãos, cruzados da liberdade, vós jamais podeis sentir em vossos ouvidos o ecoar das queixas de tantos infelizes nossos irmãos, lançados do vosso grêmio com desprezo sob o bárbaro e desumano jugo da escravidão.

À vós, pois, voluntários do Amazonas, ainda resta o sagrado dever de tomardes a iniciativa da emancipação desses nossos irmãos, que trazem estampado na fronte o estigma da escravidão, e a nós o de seguir o vosso exemplo (DISCURSO, 1870, p. 2-3).

Em que pese o fato de o discurso de Bento Aranha terminar com vivas ao Imperador e às autoridades constituídas, a crítica à escravidão atacava centralmente "o pedestal sobre o qual está assentada a Monarquia do Brasil", conforme ele mesmo reconhecia (ARANHA, 1885a, p. 1). Ao assim proceder, mostrava-se em acordo com o que ocorria no cenário nacional; afinal, como ponderou Sérgio Buarque de Holanda, foi na década de 1870 que os descontentamentos no exército e as crises palacianas deixaram claro que a queda

do regime era apenas uma questão de tempo: "A monarquia viverá ainda algum tempo, às vezes com uma pujança aparente. Os homens mais lúcidos sabem, no entanto, que ela está condenada, já dera o que tinha a dar, mostrando os seus lados positivos e negativos" (HOLANDA, 2010, p. 145).

Bento Aranha estava entre aqueles que cedo prefiguraram o ocaso da monarquia. Seu apego aos ideais iluministas e seu indisfarçável francesismo, faziam-no pensar no modelo republicano saído da Revolução Francesa como a consequência lógica da derrocada do Império. Com igual entusiasmo, referenciou o processo de independência dos Estados Unidos como um modelo a ser seguido. É preciso reconhecer, no entanto, que na fala de Aranha a república não aparecia claramente definida, sendo expressa a partir de termos mais gerais, como a substituição do poder absoluto pela democracia, expressando a vontade e a soberania popular. Logo após a Proclamação, lembrava, com tristeza, o autor:

A república está feita. E bem ou mal já se acham satisfeitas as aspirações dos seus propagandistas, que em Jorge Washington, libertador dos Estados Unidos da América do Norte, acostumaram-se a ver uma das mais puras e das mais brilhantes glórias da Humanidade, cujos exemplos de verdadeira abnegação de seu desinteresse patriotismo soube dar ao povo por ele mesmo formado quando o sustentou e depois que realizou a independência de sua pátria.

Quis esta cingir-lhe a fronte com uma coroa de rei, mas ele a deteve, preferindo o diadema "o governo do povo pelo povo".

Como àquele tipo verdadeiro do herói, desejáramos ouvir dos nossos heróis de 15 de Novembro de 1889, depois que o congresso aprovasse a Constituição, aquelas mesmas palavras que o imortalizaram: "Povo americano, cumprir a minha missão; fui vosso chefe, sou vosso concidadão, restituo a força que me destes para o serviço da pátria, governai-vos!" (ARANHA, 1890a, p. 3).

Com os olhos postos na Revolução Americana e Francesa, a utopia republicana de Aranha tinha poucas frentes, sendo uma delas as que informavam uma dimensão *cidadã* para o novo regime – embora Aranha não tenha se utilizado dessa

⁹ Seja como for, dez anos depois, essa vinculação já aparecia explicitada: "Se eu não abraço as ideias monárquicas, nem sou ultramontano, tenho o direito de ser respeitado, em minhas convicções, quer como republicano, quer como livre pensador" (AMAZONAS, 1882, p. 1). A fala de Aranha é de 10 de maio de 1882, e foi proferida na tribuna da Assembleia Provincial do Amazonas.

terminologia –, e por isso mirava na destruição do despotismo, esse materializado pela figura do rei e do poder moderador, e sua substituição por um regime onde imperasse a soberania popular, que alardeava sempre por intermédio do dístico “poder do povo pelo povo”. Não custa registrar que “o conceito de República era ambíguo para os *founding fathers* da primeira grande República moderna, a dos Estados Unidos da América” (CARVALHO, 1990, p. 18). De igual modo, mesmo na França, como anotou Agulhon, a assimilação do republicanismo pela população se deu a partir de ideias muito gerais e fragmentárias e, além do mais, negativas. Suas imagens vinham de 1789, onde “ser republicano era ser partidário da guilhotina, um opressor que policia pessoas e bens, um homem de ‘sangue’” (1991, p. 11). Eram, também, segundo o autor, “imagens grosseiramente simplificadoras”. Seja como for, foi apenas com a emergência de partidos, associações e, sobretudo, de uma imprensa republicana, que em meados do século XIX a ideia de República passou a ser referenciada em termos positivos (AGULHON, 1991, p. 11).

Aranha não chegou a escrever nenhuma obra ou tratado sobre a república, tratando-a em crônicas jornalísticas marcadas pelo pragmatismo determinado pelo calor do debate político provincial e nacional, que achava importante fazer e repercutir como intelectual e jornalista. Em oposição à virtuosa república futura, a monarquia era um regime corroído pela corrupção perpetrada pelas lideranças oligarcas provinciais e pelo próprio imperador, já que este não se submetia ao constitucionalismo: “Pelo regime constitucional representativo o rei reina e não governa; mas no Brasil o rei reinava e governava, pela felicidade que lhe deu o poder pessoal de corromper a câmara dos representantes do povo e habituar o próprio povo ao servilismo” (ARANHA, 1890a, p. 3). Nessa lembrança publicada um ano após a Proclamação da República, Bento Aranha expunha as engrenagens carcomidas do poder monárquico que, pela troca de favores com os mandatários da terra, se consolidava no poder em meio as mais profundas crises:

Uma cadeira no Senado, que era a câmara dos representantes da aristocracia escravocrata do Império; uma pasta de ministro da coroa; um ingresso por meio de falsificações de atas eleitorais na câmara dos representantes do povo; uma nomeação de presidente de província; um título heráldico; um crachá; uma patente da guarda nacional; um rendoso emprego público; um ou mais privilégios escandalosos; e um ou mais contratos onerosos e vergonhosíssimos para o império e tudo mais quanto podia haver para mais aviltar a alma ao mercenário, servia ao rei para poder escarnecer da força dos seus dois partidos... de melhor alugar-lhe o seu serviço; reduzir o povo a triste e mísera condição de escravo; e humilhar toda a nação diante da grandeza da liberdade que os outros povos da América fruíam sempre desde que tornaram-se independentes dos seus conquistadores (ARANHA, 1890a, p. 3).

Em 1870, essas posições passaram a animar tanto em Manaus quanto em Belém grupos de propagandistas republicanos, lançando críticas mais contundentes ao regime monárquico por intermédio de um conjunto de periódicos de pequeno porte, mas barulhentos. Em Belém, Aranha participou intensamente desse processo, publicando, entre 1871 e 1873, alguns periódicos efêmeros, como *Inquisição*, *Tiradentes*, *Tribuna* e *O Sete de Setembro*. Nessa época, foi também colaborador do *Argos* (1870-1872), que em Manaus fez crítica desabrida ao regime:

Quando vemos de todos os pontos do Brasil aparecerem jornais republicanos, sentimos como que o coração pulsar com mais força, sinal de que a grande ideia de *l'legivel* breve se realizará.

Quem duvidará de que os males que sente e sofre o Brasil atualmente são devidos a sua forma de governo? Quem deixará de conhecer que enquanto existir um Bragança ou um Bragancinho no Brasil sempre veremos o estadista, o militar, o operário, enfim toda e qualquer classe corromper-se devido à forma de governo que rege o Brasil? [...] Avante, cidadãos!

Não trepideis um só momento. Trabalhai e esforçai-vos para que desapareça do solo brasileiro essa ave de rapina que há muito nos persegue e chama-se: monarquia! (A MONARQUIA..., 1872, p. 1).

Como se percebe, o movimento era, de fato, bem mais amplo,¹⁰ e dada a incipiência de instituições políticas próprias – clubes e partidos, por exemplo

¹⁰ Contemporâneo dos eventos, Felício Buarque (1894, p. 74) registrará que “das Alagoas ao Amazonas retumbava um só grito, como si a ocasião estivesse premeditada. Fundação de clubes, de jornais doutrinários, organização de partido e convergência de esforços propagandistas, tudo estava em ação”.

–, se espalhou pela imprensa, oportunizando uma rede eficaz de intercâmbio que foi desde cedo se estabelecendo em escala nacional. Entre 1870 e 1872, Nelson Werneck Sodré (1999, p. 212), anotou o surgimento de mais de vinte jornais republicanos em todo o país, dentre eles o *Argos*. Dez anos depois, articulado à criação do Club Republicano, Aranha publicaria *O Tiradentes* (1882), em número único, dedicado à memória do "protomártir da República no Brasil". A figura do alferes seria retomada outras vezes pelo publicista como mote para criticar o autoritarismo monárquico e a postura servil – "corcundismo" – e atribuída aos seus apoiadores:

O partido conservador é o sectário fanático das doutrinas do corcundismo, que por bem servir ao trono entregou Joaquim Xavier, o patriota, às mãos vis e infames do carrasco d'El Rei e sufocou o ingente brado de liberdade nos cárceres imundos, aos presidios pestilentos e na forca ignominiosa com que a metrópole premiava as virtudes cívicas do brasileiro naquela época (ARANHA, 1885b, p. 1).

No Amazonas, a fala de Bento Aranha contra a monarquia mirava a ação deletéria da elite política e econômica que compunha a base social do regime, vendo a prática oligárquica como corrupta e pautada no saque ao erário por intermédio de sinecuras e da ocupação de cargos públicos de relevo. Embora viesse de uma família com alguma posse e prestígio, a base social a qual pertencia não era a dos proprietários da terra e escravocratas. Vinculava-se aos segmentos urbanos letrados que ocupavam funções intermediárias na burocracia estatal. Antes de assumir em 1870 o cargo de deputado provincial pelo Amazonas, Bento Aranha havia exercido funções diversas, como despachante, agente de leilões, professor, jornalista e empresário do ramo teatral, escrevendo, traduzindo e adaptando peças para o teatro em Belém e em Manaus (ARANHA, 1907, p. 2). Em artigo denominado "Reforma ou revolução", buscou demonstrar a inação do regime diante das promessas de revisão da questão do "elemento servil". Combateu as reformas de Rio Branco, vendo na lei de 28 de setembro de 1871 uma ação desesperada cujo fim último era o da manutenção do regime e não a extinção da escravidão. Urgia combater esse gradualismo, que

lhe parecia uma flagrante ineficiência da lei, afinal: "a ignóbil escravidão continuou a ser garantida por essa lei, até mesmo nos próprios *filhos livres do ventre livre* da escrava!" (ARANHA, 1885a, p. 1, grifo do autor). No enfrentamento à escravidão, Aranha manifestou a compreensão de que a lei de 7 de novembro de 1831 – que proibia a importação de escravos da África – tornava ilegítima a escravidão de africanos entrados no Brasil após aquela data. Com isso, retomava a polêmica que se seguiu à aprovação do decreto, embora, como anotou Beatriz Mamigonian (2017, p. 113), o tráfico em si e o estatuto jurídico dos escravos trazidos ilegalmente – "seguiam caminhos diversos no judiciário brasileiro". Para a autora: "Os perpetradores [...] estavam sujeitos às penas previstas no art. 179 do Código Criminal, pelo crime de redução de pessoa livre à escravidão. Por outro lado, era uma ação cível que julgava o direito à liberdade da pessoa apreendida". Seja como for, para Bento Aranha a remissão do negro escravizado no Brasil não seria tarefa de reformas, mas de uma revolução, e essa viria na forma do regime republicano.

O desalento republicano

Embora o republicanismo tivesse avançado em todo o país após 1870, a Proclamação do dia 15 de Novembro não deixou de gerar surpresa e perplexidade, bastando lembrar que no Rio de Janeiro a eclosão do movimento gerou, inicialmente, a impressão de um desfile militar ou mesmo de mais uma quartelada, diante da qual o povo teria assistido bestificado, tal como anotado por Aristides Lobo e retomado como mote em importante estudo de José Murilo de Carvalho (1989). Entretanto, a surpresa não foi geral, já que nos últimos anos do Império havia no ar uma certa visão fatalista, fazendo com que o próprio imperador duvidasse da continuidade do regime, parecendo "convicto de que a chegada da república era inevitável, duvidando apenas da oportunidade de sua proclamação" (CARVALHO, 2012, p. 127).

O movimento republicano foi pouco estudado no Amazonas, e mesmo Arthur Cezar Ferreira Reis, o mais destacado historiador do Estado, o abordou como irrelevante, ao ponto de afirmar que a

propaganda republicana "começou no Amazonas em meados de 1889", embora, em rápida passagem, mencione a pregação feita por Bento Aranha (REIS, 1989, p. 242, 244). Segundo Reis, a notícia da Proclamação chegou à capital amazonense apenas no dia 21 de novembro, precipitando conversas e arranjos políticos de toda ordem, dentre eles a deposição do presidente da província e sua substituição por uma junta governativa, não sem disputas e conflitos entre as hostes que se apresentavam como republicanas. Não houve resistências por parte do governo civil ou dos comandantes militares; estes, informados, aderiram de imediato à proclamação, o que era esperado não somente pelo fato imediato da Proclamação da República ter vindo à tona por intermédio de um golpe militar (LYNCH, 2011, p. 306), mas também porque, em todo o país, partira deles o foco maior de insatisfação com a monarquia, fosse por força dos ressentimentos para com as autoridades civis do Império (CASTRO, 2000, p. 14, 25), fosse pela força alcançada pelo ideário positivista no interior da corporação (ALONSO, 2009, p. 140).

Trazida de Belém, a notícia da Proclamação se espalhou como rastilho de pólvora, provocando excitação e manifestações de júbilo. Em um último ato, a Assembleia Provincial "aprovou uma moção, reconhecendo a Junta Governativa, e uma proclamação ao povo pedindo que se mantivesse dentro da ordem, colocando a pátria acima de tudo. O deputado Bento Aranha, velho republicano, fez declaração de voto, que foi aprovada pela casa" (REIS, 1989, p. 246). Foi a última participação de Aranha nos eventos que dariam forma ao governo republicano pelo qual tanto lutara. Ironicamente, enquanto tradicionais monarquistas, como Emilio Moreira, projetavam-se para funções de destaque no novo regime, Aranha foi completamente alijado do processo. Desgostoso, retirou-se para Belém em busca de acolhida, lembrando sempre com certo pesar o 21 de Novembro em Manaus.

Lamentava que a emergência da República tivesse vindo à tona sem que a população tivesse a real percepção de seus significados, o que teria dado ensejo à grotescas situações nas quais o regime foi recepcionado em várias localidades. Não era de se estranhar, portanto, que em Manaus

o 21 de Novembro – data da adesão à República imediatamente transformada em feriado estadual – fosse pouco a pouco perdendo significação para a população, a ponto de, em 1903, uma matéria publicada em um jornal de oposição e inteiramente ancorada na narrativa feita por Bento Aranha, revestisse com certo escárnio a rememoração dos eventos daquele dia:

A república no Amazonas, diz o Sr. Aranha, é o produto da proclamação de um dos palhaços do circo equestre de Antônio Carlos Gomes. Foi esse palhaço que percorrendo as ruas de Manaus, de pé sobre um cavalo em pelo, bradava: Viva a República! enquanto um infernal coro dos garotos respondia:

Ora viva, sim senhor.

Último ato desta palhaçada, diz ainda o Sr. Aranha, foi representado no Hotel do Comércio, *casa de tolerância*, onde desgraçadamente a prostituição campeia. Foi aí nesse condenado lugar, que um 1º tenente da Armada, moço fidalgo da casa imperial, Ignácio Cunha, subindo ao palco, proclamou, em nome do exército, da armada e do povo a república, e aclamou os três membros do governo provisório! (TABLEAU, 1903, p. 3).

No Pará a sorte de Bento Aranha não foi melhor. O Partido Republicano fechou-lhe as portas e o tratou como um adversário político, chegando a ironizá-lo em diversas ocasiões por intermédio de seu órgão oficial de propaganda. Com pouco espaço na imprensa – que ele via agora repleta de "engrossadores", a bajular o regime e suas lideranças – e sem ter estabelecido uma base eleitoral sólida no Pará, sua candidatura a deputado nas eleições de 1891 fracassou de forma retumbante. Repetiu-se com ele a sina de muitos radicais da república, simbolicamente encarnada por Silva Jardim, figura de maior projeção no cenário nacional e que tanto animou com o fervor de sua oratória grupos republicanos de todo o país. Como lembra José Murilo de Carvalho (1989, p. 46), "o radicalismo de Silva Jardim incomodava o grosso do partido e levou-o ao rompimento com a direção partidária. Foi-lhe até ocultada a data da revolta e ele dela participou por acaso". Ao contrário do fim trágico de Jardim, que se suicidou em seu autoexílio europeu, Aranha tentou manter-se na cena política atuando na Imprensa e fiel ao ideal de uma república transformadora.

Sua exclusão da vida político-partidária não foi totalmente inesperada. Uma semana antes do 15 de Novembro, via como iminente a chegada do novo regime e argumentava que só se candidataria pelo Partido Republicano, fato que desagradou as lideranças do Partido Liberal, com quem agora rompia: "O que fui e o que sou na vida política, aqui ou em qualquer outra parte, não devo a nenhum dos dois partidos, não devo ao partido liberal e nem quero dever" (ARANHA, 1904, p. 1). Essa fala, originalmente retirada dos *Anais da Assembleia Provincial do Amazonas*, foi retomada por ele em uma crônica rememorativa, publicada em 1904. Nela também é possível perceber sua rota de colisão com as lideranças oligarcas tradicionais e esse grupo político tudo fazia para barrar as intenções de Aranha na política partidária amazonense. Para Bento Aranha, figuras como Emilio Moreira, chefe político de poderosa oligarquia regional e adesista de primeira hora, portavam-se como *abissínios*, traidores de suas convicções e do regime que anteriormente apoiavam. Antes mesmo de proclamada a república, Aranha intuía seus desdobramentos, vendo o republicanismo vigente na província como corrompido. Sintomaticamente, quando da refundação do Clube Republicano do Amazonas, a 3 de junho de 1889, por iniciativa de Domingos Teófilo Carvalho Leal, a mais destacada ausência entre os signatários foi justamente Bento Aranha (RAMOS, 1929, p. 1). Sete dias antes da Proclamação, falando da tribuna da Assembleia Provincial, Aranha deixava claro essa contradição:

[...] *tenho medo que a República hoje se proclame no Brasil*, porque os republicanos convictos, sinceros, patriotas e probidosos podem não ser os aclamados e eleitos para governá-lo, ao passo que surgirão os aventureiros, servis e dilapidadores dos dinheiros públicos! [...] Os áulicos imperialistas dominarão, talvez, e corromperão a república, como têm dominado e corrompido a monarquia, porque os homens não se transformarão pelo fato de ter se operado uma mudança na forma de governo (ARANHA, 1904, p. 1, grifo nosso).

Para seu dissabor, estava certo. A república revolucionária não se concretizou, e as decepções

somavam-se à cada ato dos novos governos instalados nos Estados e na capital do país. No prefácio de *A República Revisitada*, Angela de Castro Gomes (2016, p. 7) explicita essas contradições:

No que se refere à questão das disputas entre projetos de repúblicas, acirrada logo após o episódio da proclamação... vale destacar a tese que confronta a interpretação corrente, de que o modelo oligárquico republicano, vigente até 1930, decorreu do colapso ou da contenção de outro modelo de república, que seria mais inclusivo.

Olhando a República de frente, Bento Aranha não reconheceu nela nem mesmo lampejos da transformação social havida na França e nos Estados Unidos. O republicanismo de Bento Aranha transcendia a dimensão estritamente política da substituição de um regime por outro, estando imbuído de preocupações sociais que a maioria dos propagandistas não advogou antes nem assumiu posteriormente. Não é demais lembrar novamente Agulhon (1991, p. 21), para quem, mesmo na França de meados do século XIX, "nem todos os republicanos reconheceram a necessidade de transformações sociais".

Os cogumelos da República

Quando da chegada da República, Bento Aranha se considerava um *excluído*, um militante "devorado pela revolução", embora fosse reconhecido como "o mais velho republicano no Pará" (SALLES, 2001, p. 118-119). Em 1904, por exemplo, em uma das colunas que escreveu no *Jornal do Commercio* considerava-se "condenado" e no "ostracismo" (ARANHA, 1904, p. 2). Assumindo os desafios de caminhar na contramão, sofreu campanha difamatória de parte da imprensa do Pará e do Amazonas, alinhadas após o 15 de Novembro aos novos mandatários do país. Com efeito, até a primeira década do século XX o regime recém empossado se manteve temeroso com a eventualidade de uma restauração monárquica, colocando-se em alerta contra seus expoentes.¹¹ Como demonstrou Maria de Lourdes Mônaco

¹¹ Políticos como Eduardo Prado e Afonso Celso, notórios monarquistas, produziram vigorosas críticas ao novo regime, que chamavam de "ditadura militar", provocando intenso debate. Coube pioneiramente à Felício Buarque (1894) o pioneirismo no enfrentamento da crítica monarquista, a partir de uma valorização da atuação do exército como expressão de um desejo latente por democracia entre o povo brasileiro.

Janotti (1986, p. 262-263) o temor era desmedido, pois embora o movimento pudesse se mostrar incômodo, trazia fragilidades, como fraqueza doutrinária e pouco poder de atração.¹² Por outro lado, a autora também argumenta (1986, p. 264) que havia pertinências no discurso contestador do movimento monarquista, não sendo à toa que "toda a crítica que desenvolveu, sobre os anos iniciais do regime e seu caráter oligárquico, [tenha sido] absorvida pela historiografia".

Havia alguma convergência na crítica estabelecida pelos monarquistas e por Bento Aranha, mas a indiferenciação entre ambos era indevida, e ele próprio tratou de demonstrar essa distância. Em 1904, após a publicação de uma crônica contundente, surgiram na imprensa amazonense outros cronistas assumindo e radicalizando as posições de Aranha. Em uma delas, era possível ler:

[...] para que arranquemos a máscara à essa república despudorada e farsante, só nos resta um único meio, extremo e infalível: A revolução armada, a revolução no meio de todas as classes, a revolução cuja bandeira tenha por lema o inolvidável grito dado nas margens do Ypiranga (DAMOCLES, 1904, p. 1).

Enquanto alguns desses manifestos radicais vinham de notórios monarquistas, outros mostravam-se enigmáticos para os leitores. Citado por Damocles, Aranha o refutou, chamando atenção para os vínculos que mantinha com a monarquia. Assinando por intermédio de seu pseudônimo mais famoso, dizia Aranha:

Como não pude saber ainda que apito toca Damocles nas questões monarquistas e republicanas, compradas por ele, tanto mais que, pelos seus escritos demagógicos, se depreende ser acérrimo defensor do trono, com uma vela acesa à Deus e outra ao Diabo, deixo-o, por essa razão, ficar em paz (AJURICABA, 1904b, p. 2).

Também rejeitou a acusação de ser monarquista, como o fez em outra de suas crônicas emblemáticas: "Quem não for engrossador, embora republicano histórico e patriota, o é considerado pelos adesistas, da data da ascensão da repú-

blica para cá, como eles tinham sido até então, monarquista, inimigo da pátria, incompetente, louco e cão de horta!" (AJURICABA, 1904a, p. 2).

Pela caracterização da figura do "engrossador" e do "cogumelo", Bento Aranha abria fogo contra o adesismo que traduziu o apoio e a colaboração de muitos monarquistas à república nascente, impregnando-a, segundo ele, dos valores "corrompidos do governo decaído". Essa percepção já havia sido externada em sucessivas crônicas que intitulou de "Os cogumelos da república", que fez publicar no *Diário de Notícias*, de Belém, quando da passagem do primeiro aniversário do novo regime. Neles, explicava que "os cogumelos da república são os mesmos parasitas que medraram na monarquia, apesar de inúteis e nocivos à sociedade humana" (ARANHA, 1890b, p. 3). A condenação não era só pelo adesismo, mas também pela falta de caráter caracterizada pela traição ao sistema que defenderam anteriormente. Para ele, portanto, o *cogumelo* é também um *abissínio*, alguém "que só vive do poder e para o poder, que apedreja o sol no seu ocaso e o adora ao nascer" (ARANHA, 1890c, p. 3). Na crítica de Bento Aranha aos primeiros governos republicanos há também uma dose indisfarçável de ressentimento:

Após a queda desastrosa do império os mercenários do rei passaram a ser mercenários da república e já se dizem mais republicanos do que o seu propagandista; entretanto a sua adesão valeu-lhe bastante ouro e ainda virá comprometer o crédito da república como os seus serviços ao rei comprometeram o do império. Os homens de bem, os desinteressados, que militavam nos partidos monárquicos para sustentar o rei, convictos de que assim defendiam os interesses reais da pátria; esses, como os republicanos históricos, se acham condenados atualmente ao ostracismo pelos srs. Especuladores e mercenários, que vivem de lisonjear o governo para não cair das suas graças (ARANHA, 1890a, p. 3).

Passados os primeiros anos do regime, Aranha agregaria novas perspectivas à essa ideia inicial de uma República "colonizada" e distorcida por monarquistas infiltrados que, ao fim e ao cabo, acabariam fazendo com que o regime inaugurado

¹² Ao falar em "decadência com elegância", Ângela Alonso (2009, p. 138) mostrou essa limitação dos monarquistas, até porque, entre os que não aderiram à República, os "monarquistas de pena" eram bem mais destacados que os "de espada", já que, esses sim, poderiam trazer algum receio aos republicanos.

em 1889 fizesse as vezes de uma "monarquia mal disfarçada". O tradicionalismo da política entranhara-se no regime também por meio de muitas lideranças republicanas que não queriam transformações sociais e que, uma vez no poder, demonstravam enorme apego à centralização e desprezo à democracia. Como lembrou Rodrigo Pato Sá Motta, o século XIX brasileiro assistiu a um debate que mobilizou o pensamento social para a compreensão do enraizamento de certas práticas na cultura política do país, como o "patrimonialismo, cordialidade, paternalismo, autoritarismo, personalismo, clientelismo, pragmatismo, além das tentativas de escamotear conflitos e buscar a integração social, cujo ponto culminante é a conciliação/acomodação" (MOTTA, 2018, p. 114-115). Em boa medida, essas características não deixam de ser as que Aranha percebeu, denunciou e combateu nos primórdios da República. Em balanço feito em 1910, escreveu:

Caminha a passos acelerados para o abismo da dissolução a República, entregue à orientação do partidarismo sem crença, sem civismo, sem bandeira e individual dos caudilhos ambiciosos do poder, que se arvoram em chefes de facções de patriotas do erário público...

Hoje, os homens da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, com raríssimas exceções, só querem dominá-la, governá-la, como no período monárquico, por meio do nepotismo condenável, da corrupção, do rebaixamento de caráter e independência daqueles que com eles comungam e os acompanham servilmente, aplaudindo as suas desmedidas ambições, atos improbidosos, arbitrários e violentos.

Desnaturam e degeneram a democracia, forma de governo do povo pelo povo, em vinte e uma despóticas e nefastas oligarquias, sofrendo, por meio do punhal e do incêndio, em alguns Estados, a liberdade do pensamento e da imprensa para não sujeitar os seus atos imorais e violentos e dos seus sequazes à análise justa e imparcial e anular a divisão política constitucional da República livre em estados autônomos, também livres (ARANHA, 1910, p. 1).

Em que pese a radicalidade de suas críticas, Aranha via tais descaminhos como passíveis de serem revertidos em nome de um modelo republi-

cano revolucionário, efetivamente popular e transformador da sociedade. No entanto, a distância entre a república real e suas utopias logo ficaram evidentes: "a presente república, certamente não era aquela que sonhamos e que devia fazer a felicidade nacional". Daí derivar a necessidade de continuidade da luta, uma vez que os descaminhos pareciam-lhe passageiros, como "uma imensa noite de amargura" (ARANHA, 1893a, p. 1).

Salve-se a República!

Embora tivesse conexões políticas importantes no cenário do extremo Norte do país, fazendo-se, por vezes, voz engajada a militares ao lado de lideranças republicanas regionais de relevo, como Lauro Sodré,¹³ Bento Aranha portou-se como *outsider*, como que a pregar no deserto os postulados de sua utopia republicana, em especial, após o 15 de Novembro. Falando de seus vínculos políticos, não deixaria de lembrar, ressentido, que:

Desde 1860 que defendo a causa da República, sem ter transigido um só dia, desses princípios até hoje. Foram Theophilo Ottony e Saldanha Marinho até 15 de Novembro os únicos chefes que tive. O 1º morreu senador e o 2º, que à esforços meus... levei às urnas por duas vezes, fazendo-o eleger deputado geral pelo Amazonas em 1878, hoje nada mais vale em vista da sua decrepitude, restando-lhe a tradição, que o consagrou primeiro entre os primeiros da propaganda republicana (ARANHA, 1893c, p. 1).

Sua crença inabalável na emergência de um governo do povo para o povo, igualava-se a de que a república real, crivada de contradições e de vícios, era datada, caminhando para um fim próximo. Alegando que a república caminhava "a largos passos para a anarquia", Aranha iniciou em 1903 uma série de artigos em que preconizava a necessidade e a urgência de uma revisão na Constituição de 1891. Sua posição marginal e sua crítica incisiva ao modelo vitorioso de república acabam sendo uma importante janela para a percepção das tensões que impregnaram uma conjuntura e uma cultura política em transição, onde a força do

¹³ Nascido em 1858 e falecido em 1944, Sodré ocupou várias posições de relevo em seu estado natal, o Pará, sendo ali governador e senador em diversas legislaturas. Militar e positivista, tornou-se um dos mais destacados defensores do republicanismo no país. Duas obras de sua lavra – *Palavras e actos e Crenças e opiniões*, ambos de 1896 – figuram hoje como importantes registros documentais sobre o tema. Em trabalho recente, Américo Freire (2016) iluminou sua trajetória no cenário político brasileiro.

conservadorismo e da tradição do mando oligárquico parecia conseguir sobrepor-se à expectativa da construção de um novo ordenamento social. Um marco importante na radicalização da crítica de Aranha veio com o golpe de Floriano Peixoto, em 1891. Embora visse os militares como parceiros importantes no projeto de uma república popular, nunca os aceitou como protagonistas, e menos ainda como protagonistas isolados e revestidos de poderes que, não expressavam a soberania popular, para ele o componente maior de qualquer regime republicano.

Seu radicalismo lhe rendeu contínua oposição e sistemáticas desqualificações, como a que alguns adversários lhe atribuíram, pejorativamente, de ser jacobino. Sem se intimidar, respondia categórico: "não nego, fui, sou e sempre serei jacobino" (ARANHA, 1910a, p. 1). Mas ao contrário de muitos republicanos radicais que foram identificados com o jacobinismo – a expressão ganhou força no cenário político brasileiro após 1893 (QUEIRÓS, 1986, p. 18) –, Aranha jamais foi florianista e via o governo do marechal como ilegítimo, já que sem a chancela do voto popular. Floriano seria para ele a personificação da tirania e, em essência, a antítese da democracia preconizada pela integralidade do movimento republicano. Como demonstrou Lynch (2012, p. 121), foi exatamente essa acusação de ilegitimidade que levou o marechal a decretar o primeiro Estado de Sítio de seu governo.

À frente de seus jornais em Belém, combateu Floriano, não o poupando adjetivações depreciativas, como quando condenou, por exemplo, "a imodéstia do tirano ditador marechal Floriano Peixoto nas ânsias agonizantes de seu desolador e sanguinário governo". Repassando a trajetória do marechal, negou-lhe a condição de republicano histórico, reduzindo-o a mero "ajudante general do exército imperial, chefe da guarda velha do Imperador, que jurara antes morrer do que se render na sua defesa". Também tentou ofuscar seu papel no 15 de Novembro, já que, segundo ele, uma vez proclamada a república, Floriano

Conspirou ao lado do presidente constitucional da República e do seu ministro contra a manutenção e segurança da República federativa, devendo rasgar-se para este fim a sua Constituição; e no dia 3 de Novembro, na ocasião do golpe de Estado, traiu o seu compromisso, sendo, por esse motivo guindado a supremacia de chefe da nação pela esquadra revoltada, então sob o almirantado de José Custódio de Mello, que desfraldando a bandeira da legalidade forçou ao traidor a resignar o seu mandato. Nunca mais houve Constituição (ARANHA, 1893c, p. 1).

Outro ponto importante foi o fato de Bento Aranha ter tentado sistematicamente denunciar a fragilidade da base teórica de boa parcela dos republicanos brasileiros, apontando as ações deletérias provocadas pela assimilação do ideário positivista, em especial, sua defesa de um governo ditatorial, para ele o maior dos males da República. Em editorial do *Correio Paraense* (1892a, p. 1) diria que "sob o regime da ditadura científica, o poder público torna-se irresponsável". Entre 1892 e 1893 o jornal de Aranha e *A República*, órgão oficial do Partido Republicano no Pará, trocaram reiteradas farpas em meio a verdadeiro debate sobre os postulados positivistas e suas implicações no país.¹⁴ Em meio aos debates, questionou seus contendores: "Demonstre *A República* como se conciliam ditadura científica e liberdade de consciência, responsabilidade da autoridade, limitação do poder. Estabelecido o princípio da ditadura, como recusar-lhes as sequências, consequências e corolários?" (A QUEIXA, 1892, p. 2). Com tais inquirições, colocava-se em dissidência, desta vez frente ao radicalismo republicano com o qual era associado. Convém ponderar, como o fez José Murilo de Carvalho (1989, p. 42), para quem, à época dos primeiros governos republicanos tais ideias eram frequentemente "mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo", e a ideia da ditadura republicana defendida por Silva Jardim e por segmentos mais radicais do republicanismo era uma delas.

Para Bento Aranha o papel dos militares era estratégico para a conquista do poder, mas em uma gestão governamental deveria ser excepcional e

¹⁴ Governando o Pará, Lauro Sodré (1896, p. 221) atuou como um dos mais destacados republicanos do país a enaltecer os postulados de Augusto Conte, chegando a publicar estudos de envergadura filosófica sobre eles.

provisório. Neste sentido, o golpe de Floriano, a 3 de novembro de 1891, teria sido o primeiro ato de violação da carta constitucional, promulgada em 24 de fevereiro daquele mesmo ano. Por isso, em setembro de 1893 Aranha saudou a Revolta da Armada, vendo-a como uma força restauradora dos ideais republicanos conspurcados por Floriano, enquanto a Armada era "o braço vingador dos brasileiros". O *Correio Paraense* fez exaltação do movimento e de suas lideranças, enquanto desfiava longo rosário de impiedosas críticas à República e seus desmandos:

Os fundadores da República brasileira... suprimiram a liberdade de imprensa, atentaram contra a ordem de *habeas corpus*, garantiram os privilégios, negaram o direito de reunião, criaram a política industrial, esbanjaram as rendas públicas e equilibraram a receita com as despesas, gravando o povo com exorbitantes, odiosos e vexatórios impostos. Aviltaram o caráter nacional, perante as urnas eleitorais, arruinaram a nação e a desacreditaram ante todas as outras nações do mundo! (ARANHA, 1893b, p. 1).

A derrota do movimento, levou a uma maior radicalização dos discursos, em críticas que não tinham como alvo apenas o Governo Federal, resvalando na política que se dinamizava no âmbito estadual, provocando em seus opositores o desejo de silenciá-lo a qualquer custo. Começava ali uma sequência de ataques ao jornal e a seu proprietário, através da abertura de processos judiciais. No início de 1894, Aranha foi condenado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sendo sentenciado a nove meses de prisão e ao pagamento de elevada multa pecuniária, em ação que seria posteriormente anulada pelo Supremo Tribunal Federal. Denunciou os ataques à imprensa em sistemáticos artigos que lhe renderam ruidosas desavenças com lideranças políticas do Pará e do Amazonas, e a perda do *Correio Paraense*, cuja propriedade teve que passar a terceiros, sendo por fim empastelado em março de 1894. Defenestrado pela política e por parte da imprensa paraense, Bento Aranha viu-se forçado mais uma vez a deixar sua terra natal, exilando-se no Amazonas, onde seu prestígio foi sempre maior. Embora em Manaus tivesse feito alguns inimigos no passado, também

estabeleceu sólidas amizades com políticos que estavam em expansão naquele momento, sendo especialmente o caso de Silvério Nery e Antônio Bittencourt. Contou ainda com o apoio decisivo de Joaquim Rocha dos Santos, jornalista, empresário bem-sucedido e um amigo de longa data que, em meados da década de 1880, acolhera Bento Aranha no *Commercio do Amazonas*, assim como o acolheria novamente, em 1904, no *Jornal do Commercio*, ambos de sua propriedade.

Em Manaus, as críticas de Aranha à República viriam à tona com maior contundência pelas páginas do *Quo Vadis?* e do *Jornal do Commercio*. O primeiro circulou brevemente, entre 1902 e 1904, fazendo sistemática oposição aos governos de Campos Sales e Affonso Pena, sendo, por vezes, associado ao movimento monarquista. Nele, Aranha deu vazão a uma série de artigos que advogavam a reconversão da República aos princípios revolucionários, vendo como condição inicial para tanto uma revisão integral da constituição que fosse capaz de corrigir os erros iniciais e reestabelecer as bases do "verdadeiro federalismo", além de garantir a liberdade do voto e a soberania popular (ARANHA, 1903a, p. 2). Para ele, a proposição da revisão constitucional estaria no fato dela ter se transformado em "letra morta desde o golpe de Estado de 3 de novembro de 1891", além de que diversas constituições estaduais traziam dispositivos conflitantes com a nacional, estando aí a base das guerras fiscais que já naquele momento ganhavam corpo e provocavam atritos políticos importantes, como foi o caso das disputas entre o Pará e o Amazonas pela taxaço da borracha oriunda do Acre.

Com efeito, os dois temas (federalismo e soberania popular) animaram o debate nas décadas iniciais da República, embora, conforme registrou Cláudia Viscardi, esse debate não demonstrasse profundidade. Bem ao contrário, a autora lembra que "o federalismo proposto era assaz limitado. Por federalismo se compreendia tão somente a autonomia provincial. Sua ausência implicava despotismo" (VISCARDI, 2012, p. 149). No extremo Norte do país, Bento Aranha o recepcionou com expectativa, para em seguida pensar sua im-

plantação como problemática, tanto do ponto de vista da política fiscal, quanto do relacionamento assimétrico entre os entes federados e governo central. Via como aberração os arranjos que se firmaram durante e após o governo Campos Sales (1898-1902), entre os governos centrais e estaduais, que acabou por concentrar o poder nas mãos das velhas oligarquias, em acordos que tornavam letra morta o ideal republicano ancorado na soberania popular.¹⁵ De acordo com Viscardi (2016, p. 1198-1199.), embora Campos Sales tenha sido tomado por grande parte da historiografia brasileira como responsável pela estabilização do regime naquelas décadas iniciais, isso de fato não ocorrera em seu governo, o que reforça a leitura que Bento Aranha fazia. Para ele, era preciso refrear, por meio do estrito respeito ao pacto federativo, a ambição centralizadora de lideranças políticas que representavam as oligarquias mais poderosas do país, cujos interesses ligavam-se mais fortemente à cafeicultura em expansão no Sudeste. Batia-se contra esse processo centralizador, vendo o Partido Republicano Paulista como o ator principal no jogo que transformava o federalismo em mero objeto de retórica, razão pela qual, na prática, a unidade da república se punha em risco, com a emergência de movimentos regionalistas, como a Revolta Federalista, no Rio Grande do Sul. No extremo Norte também circularam ideias separatistas, em especial no governo de Floriano, como salientou Vicente Salles (2001, p. 143), informando ter o *Correio Paraense* debatido a ideia. Em "Delenda São Paulo", artigo que Aranha publicou em 1904, na capital amazonense, assinando como Ajuricaba, o tema das distorções do federalismo entrou novamente em debate. Ele, que desde 1891 elegera o paulista Francisco Glicério como um dos alvos principais de suas críticas, agora dirigia sua artilharia contra o que chamava de "soberba" paulista:

São Paulo, que foi a mais vasta senzala, onde à sombra de um infamante direito, que dava o Império, milhares de seres humanos, reduzidos à escravidão, estiveram encarcerados e sujeitos à torturas aviltantes, hoje quer, só, ser o Brasil. A desdenhar dos outros Estados querem os seus homens por inqualificável egoísmo, que a senzala seja o ninho onde se gerem os presidentes para República (AJURICABA, 1904b, p. 2-3).

Um ano mais tarde, já sob o governo "pseudo-republicano [sic]" de Rodrigues Alves, o tema voltou à baila, desta vez com a marca de sua ironia ferina: "Nada mais falta ver-se na atualidade, senão S. Paulo fundar uma dinastia de Presidentes da República" (ARANHA, 1905, p. 1). Reaproximando-se de Lauro Sodré, cujas posições contrárias a do presidente da república lhe renderia dissabores, dentre os quais a prisão, Aranha passou a assumir publicamente uma campanha em favor da candidatura de Sodré à presidência, projeto que retomaria novamente em 1910. Embora a possibilidade de sucesso de tais campanhas fosse praticamente nula, a insistência do cronista em uma candidatura alternativa a das oligarquias cafeiras, mantinha viva a tensão entre nação e região, em uma conjuntura particularmente sensível para o extremo Norte, onde a queda dos preços da borracha no mercado internacional se fazia sentir e prenunciava uma crise para os estados produtores. Por esse motivo, já em meados da primeira década do século XX, diversas lideranças políticas regionais, assim como a imprensa de Belém e de Manaus, passaram a clamar por efetivo apoio federal, como os direcionados para os produtores de café.

Seja como for, o trato desigual com os entes federados continuou a provocar ressentimentos nos dois Estados do Norte do país, embora os compromissos e os acordos políticos estabelecidos entre lideranças estaduais e federais no exercício do poder limitassem sobremaneira o debate, a ponto de invisibilizar as contradições.

¹⁵ Com relação a esse tema, é preciso registrar que Bento Aranha percebia o sistema eleitoral implementado pelo regime republicano como farsa, mero simulacro em que a liberdade do voto e a vontade soberana do eleitor viam-se desrespeitadas em cada etapa do processo: "Está visivelmente desvirtuado o sistema eleitoral, mandado adotar pela constituição, como mais compatível com a organização do regime republicano. O eleitorado é um instrumento cego e passivo de uma designação imoral e impatriótica, imposta pelo governo, em vez de o ser de uma escolha sensata da sua vontade de querer. Além disto a fraude e a usurpação política são elementos com os quais se arma o governo para a exclusão de interferência do povo na eleição e consequentemente para a vitória dos seus candidatos" (ARANHA, 1903b, p. 2). Ao fim e ao cabo, suas críticas atingiam o cerne de um problema crucial que a República, em sua época não conseguiu equacionar, conforme se pode perceber em outro estudo de Cláudia Viscardi (2015, p. 29).

Mas foi pela imprensa e, sobretudo, por intermédio da pena engajada e ferina de *outsiders* como Bento Aranha que elas se desnudavam, pondo às claras as insatisfações e os pontos de desacordo entre as aspirações regionais e o imperativo de centralização política que se mostrou intrínseca ao modelo de República adotado no país.

Septuagenário, Bento Aranha manteve suas posições até o final de sua vida pública, em 1910, quando publicou pelo *Jornal do Commercio* seus últimos artigos contra a república real e em defesa daquela que sonhara por toda uma vida, capaz de trazer a "elevação moral da sociedade" e a efetiva transformação social em favor do povo e da soberania popular, que tanto apregoara. Sintomaticamente, seu último artigo sobre o tema nos jornais de Manaus trazia por título "Salve-se a República". Era ainda um texto de combate à caudilhagem e aos abissínios da verdadeira causa republicana (ARANHA, 1910b, p. 1). Chegara aos 70 anos exaurido de recursos e de saúde, alijado da política partidária e cada vez mais isolado por uma imprensa dócil com o poder e os poderosos, em que vicejavam os engrossadores servis, sempre mobilizados em função de algum favor, cargo ou posição. Por sua independência de pensamento e por seu apego aos princípios republicanos, Bento Aranha pagou um preço alto, sendo vítima de impiedosa perseguição política que lhe impôs condenações judiciais, prisões e exílios. Jamais se curvou ou se rendeu. Sua última derrota, no entanto, foi a de ter sido esquecido pela historiografia e pela sociedade, conforme registrou Sales (2001, p. 160). Embora injusta como as demais, esta última pode, felizmente, ser revertida por intermédio de uma revitalização do interesse sobre sua vida singular, suas ações e posições políticas.

Referências

- A MONARQUIA no Brasil. *Argos*, Manaus, n. 77, 21 abr. 1872.
- A QUEIXA. *Correio Paraense*, Belém, n. 121, 23 set. 1892.
- AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- AGULHON, Maurice. *La République au village: Les populations du Var de la Révolution à la Seconde République*. Paris: Plon, 1970.
- AJURICABA (Bento Aranha), Engrossadores, cogumelos e abissínios. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 202, 21 ago. 1904a.
- AJURICABA (Bento Aranha). Delenda São Paulo. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 222, 14 set. 1904b.
- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos estudos CEBRAP*, IS. I.I, n. 85, p. 131-148, nov. 2009.
- ARANHA, Bento. A derrubada. *A Província*, Manaus, n. 26, 9 out. 1885b.
- ARANHA, Bento. A melhor obra da criação. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 386, 19 mar. 1905.
- ARANHA, Bento. A revolução. *Correio Paraense*, Belém, n. 454, 14 nov. 1893a.
- ARANHA, Bento. Ave, libertas! *Correio Paraense*, Belém, n. 440, 26 out. 1893b.
- ARANHA, Bento. Discurso. *Commercio do Amazonas*, Manaus, n. 280, 27 de jul. 1870.
- ARANHA, Bento. Esclarecimentos. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 2271, 30 jul. 1910a.
- ARANHA, Bento. Expliquemo-nos. *Correio Paraense*, Belém, n. 463, nov. 1893d.
- ARANHA, Bento. Infeliz República. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 284, 22 nov. 1904.
- ARANHA, Bento. O despotismo agonizante. *Correio Paraense*, Belém, nº 457, 19 nov. 1893c.
- ARANHA, Bento. Os cogumelos da República I. *Diário de Notícias*, Belém, n. 251, 1 nov. 1890a.
- ARANHA, Bento. Os cogumelos da República II. *Diário de Notícias*, Belém, n. 257, 8 nov. 1890b.
- ARANHA, Bento. Os cogumelos da República IV. *Diário de Notícias*, Belém, n. 280, 6 dez. 1890c.
- ARANHA, Bento. Reforma ou revolução. *A Província*, Manaus, n. 24, 8 out. 1885a.
- ARANHA, Bento. Revisão da constituição I. Quo Vadis?, Manaus, n. 43, 9 jan. 1903a.
- ARANHA, Bento. Revisão da constituição IV. Quo Vadis?. Manaus, n. 49, 17 jan. 1903b.
- ARANHA, Bento. Salve-se a República. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 2076, 10 jan. 1910b.
- ARANHA, Bento. Um velho funcionário. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 918, 16 jan. 1907.
- BITENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias*. Rio de Janeiro: Conquista, 1873.
- BUARQUE, Felício. *Origens republicanas: Estudos de gênese política*. Recife: Livraria Internacional, 1894.

- CARONE, Edgard. *A República Velha: Evolução política (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. A vida política, 1830-1889. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *A construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva; Mapfre, 2012. p. 83-129.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAMOCLES. República nefasta. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 203, 23 ago. 1904.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, n. 158, 18 jul. 1896.
- DISCURSO. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 27 jul. 1870.
- EDITORIAL. *Correio Paraense*, Belém, n. 162, 15 nov. 1892.
- FREIRE, Américo. Três personagens e a história da Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 127-137.
- GOMES, Angela de Castro et al. (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. Prefácio. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 5-9.
- GOMES, Ângela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: GOMES, Ângela de Castro; MOURÃO, Alda (coord.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra (Portugal): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 55-93.
- HAAG, Fernanda; Natália Guerellus. *História e historiografia do Brasil República*. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O constitucionalismo da inefetividade: a Constituição de 1891 no cativeiro do estado de sítio. *Revista Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 85-136, 2012.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento oligárquico: A construção institucional da república brasileira (1870-1891). *História constitucional*, Gijón (Espanha), n. 12, p. 297-325, 2011.
- MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres*. São Paulo, Cia das Letras, 2017.
- MOLLIER, Jean-Yves. Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao XX. In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (org.). *Política, nação e edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 259-274.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.
- NOTÍCIAS diversas. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 219, 12 ago. 1861.
- PRADO, Luiz do. (Juarez Bahia). Notas de um teimoso. *Jornal do Commercio*, Manaus, 204, 24 ago. 1904.
- PRADO, Luiz do. (Juarez Bahia). Notas de um teimoso. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 335, 19 jan. 1905.
- QUEIRÓS, Sueli Robles de. *Os radicais da república: jacobinismo, ideologia e ação*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Bernardo. A República no Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8724, 9 jun. 1929.
- RAMOS, Bernardo. A República no Amazonas. *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8735, 23 jun. 1929.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda, 2010.
- SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- SCHERER, Marta. O surgimento do repórter e a prática da censura no jornalismo brasileiro através das crônicas de Olavo Bilac. *Revista brasileira de história da mídia*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 153-162, jul./dez. 2012.
- SODRÉ, Lauro. *Palavras e actos*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1896.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- TABLEAU. 21 de Novembro. *Quo Vadis?*, Manaus, n. 215, 22 nov. 1903.
- VISCARDI, Cláudia. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, RJ, v. 18, p. 137-161, 2012.
- VISCARDI, Cláudia. O Federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1169-1206, 2016.

VISCARDI, Cláudia. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 14-39, jan./jun. 2015.

VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Doutor e pós-doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em São Paulo, SP, Brasil; professor titular na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil; coordenador do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA-UFAM) e do Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia (UFAM/CNPq), em Manaus, AM, Brasil.

Endereço para correspondência

Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Universidade Federal do Amazonas

Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de História

Av. Gal. Rodrigo Octávio Mourão Ramos, 3000 – Bloco Arthur Reis

Japiim, 69077-000

Manaus, AM, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.